



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste sábado

O **Estado de S.Paulo** continua a destacar a decisão da Justiça em suspender a publicação de uma reportagem do **Jornal da Tarde** sobre supostas irregularidades do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. O repórter que apurava o caso informa que o Cremesp entrou na Justiça antes mesmo de ser ouvido. O pedido foi protocolado na terça-feira, às 11h20, mas a reportagem só conversou com o presidente da autarquia, Henrique Carlos Gonçalves, às 14h. A entrevista estava agendada desde o dia anterior.

Apesar disso, na noite de quinta-feira (26/6), Gonçalves esteve espontaneamente na sede do Grupo Estado para tentar se explicar. Na ocasião, ele anunciou que havia recuado e entrado com pedido de extinção da ação na 10ª Vara de Justiça Federal de São Paulo.

Chamada pelo telefone

O corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Cristóvam Praxedes, fiscaliza a frequência dos juízes telefonando aos gabinetes. Quem não for encontrado em três tentativas num mês pode responder a processo administrativo. Segundo a **Folha S.Paulo**, a Associação dos Magistrados Brasileiros contesta o método.

Pílula de vazamento

O ministro Gilmar Mendes, presidente do SFT, criticou o vazamento de informações de operações da Polícia Federal. Segundo Gilmar, há um excesso de informações em “pílulas”, o que atrapalha o discernimento da opinião pública sobre investigações em andamento. “O que eu posso dizer sobre essas operações é que considero lamentável o vazamento de informações sem que nós saibamos bem quem é o responsável. E sem que nós conheçamos adequadamente o conteúdo dessas informações”, disse na **Folha**.

Governador de toga

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, José Antônio Vidal Coelho, assumiu na quinta-feira (25/6), pela segunda vez neste ano, o governo estadual. Segundo o **Estadão**, o governador Roberto Requião (PMDB) foi a Buenos Aires para uma reunião e reassume na segunda. O substituto imediato, o vice Orlando Pessuti (PMDB), está de licença.

Operação Passárgada

Os jornais repercutem a informação de que o ex-presidente do STF e do TSE, Carlos Velloso prestou depoimento na sexta-feira (27/6) à Polícia Federal em Belo Horizonte, como testemunha, no inquérito da Operação Passárgada, que investiga supostos desvios de recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Decisões esvaziadas

Reportagem da **Folha** ouve especialistas para decretar que a alteração feita pelo Tribunal Superior Eleitoral na resolução sobre propaganda eleitoral — que serviu de base para que promotores de Justiça movessem ações contra jornais e revistas que publicaram entrevistas com pré-candidatos à sucessão municipal — praticamente anula as condenações de primeira instância.

Contratações ilegais

O **Globo** informa que o Tribunal de Justiça do Maranhão tem 45 dias para regularizar a folha de pagamentos, suspender contratações ilegais e devolver mais de R\$ 90 milhões aos cofres públicos, segundo determinação do Conselho Nacional de Justiça.

Imunidade ministerial

O primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, aprovou projeto de lei que concede imunidade ao premiê e aos outros três ocupantes dos mais altos cargos do governo. A medida, que pode evitar a condenação de Berlusconi em processos por corrupção e fraude, segue agora para o Parlamento, onde o governo tem maioria qualificada, informam as agências de notícias. Em 2004, a Suprema Corte declarou inconstitucional uma lei que dava imunidade a Berlusconi.



Porto do Eike

Segundo o **Estadão**, o Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública contra a LLX, braço no setor de portos do grupo EBX, de Eike Batista. A empresa pretende construir um megaprojeto numa área de 500 mil metros quadrados na região de Peruíbe, no litoral sul de São Paulo. Na ação, dois procuradores da República pedem a suspensão imediata da concessão de licença ambiental para a empresa e apontam supostos desvios cometidos pela LLX na tentativa de obter a propriedade definitiva da área

Pedágio fechado

A Justiça Federal determinou o fechamento de uma praça de pedágio no norte do Paraná e a devolução do dinheiro aos motoristas que pagaram tarifas na rodovia, concedida à iniciativa privada há 11 anos, informa a **Folha**. Segundo a Justiça, o pedágio em Jacarezinho foi instalado em local diferente do previsto em contrato.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2008-jun-28/noticias_justica_direito_jornais-67/